

APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO:	
Nº do Processo:	32534/2025
Estudo Preliminar nº:	01/2025
Secretaria:	Secretaria de Fazenda
Setor / Órgão:	Fundo Especial da Administração Fazendária e Tributária Municipal (FEAFTAM)
Objetivo:	Os estudos preliminares aqui resumidos têm por objeto o subsídio básico para a elaboração de Termo de Referência (TR) para futura aquisição de material permanente.
Equipe de Planejamento:	Gestor: Carolina de Figueiredo e Muros – Mat.: 199.507
	Apoio Técnico: Camille Ferreira Motroni – Mat.: 063.356
	De acordo: Patrick de Azevedo Risso – Mat.: 063.789
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES	
<p>O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública. O Município não dispõe de Plano Anual de Contratações (PAC), porém o presente faz parte do planejamento interno de contratação da Secretaria de Fazenda.</p>	
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:	
<p>A aquisição de novas cadeiras visa atender à necessidade iminente de melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos, bem como ao atendimento digno aos cidadãos que utilizam os serviços desta unidade administrativa. Atualmente, observa-se um elevado grau de precariedade nos assentos existentes, muitos dos quais apresentam estrutura comprometida, desgaste do estofamento, instabilidade e ausência de ergonomia, o que representa riscos à saúde ocupacional e compromete a qualidade e a produtividade das atividades desempenhadas.</p> <p>Além disso, cadeiras inadequadas causam desconforto prolongado, favorecem o surgimento de doenças osteo musculares relacionadas ao trabalho (DORT), resultando em aumentos de afastamentos e custos com saúde pública e substituições temporárias. A substituição por modelos ergonômicos e em conformidade com as normas NR-17, portanto, é necessária, urgente e justificada.</p>	
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:	



Os itens deverão ser entregues, em prazo não superior a 30 (trinta) dias a contar da data de recebimento da Nota de Empenho. Todo material, bem como seus acessórios e componentes exigidos, deverão ser fornecidos novos e respeitando as principais normas técnicas elaboradas pela ABNT e pelo INMETRO para aferição e garantia de aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência, segurança e acessibilidade dos materiais elencados, atendendo a todas as especificações que constam no Termo de Referência. Todos devem ser entregues em suas embalagens originais, contendo dados impressos, tais como marca, modelo, data de fabricação e validade, de forma clara e de fácil visualização.

Com a intenção de garantir as especificações dos itens, serão solicitados catálogos dos produtos durante a fase de julgamento da licitação. Os catálogos serão analisados com representantes da Secretaria, quando serão verificadas a funcionalidade e durabilidade para melhor atendimento ao interesse do Órgão.

Para a aquisição das cadeiras, serão verificadas as medidas solicitadas, cores, material utilizado e demais aspectos constantes da descrição do item. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema. Se o(s) catálogo(s) apresentado(s) pelo primeiro classificado não forem aceito(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a análise do(s) catálogo(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações.

Não será admitida, em nenhuma hipótese, troca/substituição de marca do produto ofertado após aprovação do catálogo.

A CONTRATADA deverá entregar o produto exatamente nas mesmas condições em que fora aprovado. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias úteis pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes nos Anexos da Contratação. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Após o prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento provisório, os bens serão recebidos definitivamente, ocasião na qual ocorrerá a verificação da qualidade e quantidade do material e sua consequente aceitação. Deverão estar a cargo da CONTRATADA os encargos inerentes ao transporte e descarregamento dos objetos adquiridos nesta contratação, assim como a sua montagem, **caso não sejam, os produtos, entregues já montados.**

A CONTRATADA deve sempre seguir a legislação e assegurar os demais requisitos aplicáveis aos seus processos, produtos e serviços. Deverá ainda prezar pela racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e poluentes, buscando realizar sua substituição por outras de menor toxicidade ou, se possível, substâncias atóxicas. Deve também seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, de modo a obter menor impacto e mais eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia, capacitando seus empregados periodicamente acerca de boas práticas na redução de desperdícios e poluição. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

Garantia de Fábrica

Cobertura da Garantia: Aos fornecedores será exigida garantia de 1 (um) ano, conforme já mencionado no descritivo dos móveis. A contratada será responsável pela montagem dos produtos, devendo realizá-la no ato da entrega, observando os horários e dias estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos.



Responsabilidade do Fornecedor: Durante o período de garantia, a empresa fornecedora deverá realizar os serviços de manutenção e reparo, substituindo componentes defeituosos sem ônus para a Administração. Essa responsabilidade inclui o fornecimento de peças originais e a garantia de que os reparos sejam feitos por profissionais qualificados.

Benefícios da Garantia de Fábrica: · Redução de Custos: Evita despesas adicionais com manutenção nos primeiros anos de uso. · Maior Confiabilidade: Assegura o funcionamento contínuo dos equipamentos, garantindo a eficiência operacional. · Suporte Técnico Especializado: Garante assistência técnica prestada por profissionais autorizados pelo fabricante. Documentação: Os fornecedores deverão disponibilizar, no ato da entrega dos produtos, certificados de garantia detalhados, especificando os termos de cobertura e os procedimentos para acionamento do suporte técnico.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

As cadeiras foram dimensionadas em substituição as unidades que apresentam partes danificadas ou com mau funcionamento, considerando que o município não dispõe de setor para restauração ou conserto desse material.

Diante de todo o exposto, o quantitativo dos itens se apresenta da seguinte forma:

ITEM	LOCAL	QUANTIDADE	TOTAL
Cadeira	Inteligência Fiscal	4	100
	Pré – Liquidação	5	
	Contabilidade	6	
	Tesouraria	7	
	Orçamento	7	
	ITBI	7	
	Análise e Cadastro/Foro	6	
	Averbação de escritura	6	
	Revisão e lançamento	7	
	CPA	7	
	Fiscais de Tributos	10	
	Apoio administrativo	2	
	Atendimento	10	
	Taxas	6	



	Dívida Ativa	4	
	Gabinete Secretário	1	
	Gabinete Subsecretária	5	

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O mercado atualmente não oferece alternativas viáveis, do ponto de vista operacional, além da aquisição definitiva dos itens necessários. Dessa forma, a aquisição integral do material torna-se a única solução capaz de atender, de forma eficaz e permanente, a necessidade identificada. Essa medida permitirá não apenas suprir lacunas operacionais atualmente existentes, mas também assegurar maior economicidade e autonomia administrativa no médio e longo prazo.

Diante do exposto, foram consultados sites de ampla pesquisa com o objetivo de estimar valores para a aquisição pretendida. A seguir, apresenta-se uma tabela demonstrativa com os preços apurados durante essa pesquisa preliminar, acompanhada, em anexo, da comprovação das informações coletadas

PREÇOS	ITEM – Cadeira	Média de preço
Preço 01	R\$791,91 https://www.comfy.com.br/cadeira-de-escritorio-comfy-lusty-preta-base-giratoria-e-sistema-relax.html	R\$615,26
Preço 02	R\$479,90 https://www.americanas.com.br/cadeira-de-escritorio-presidente-base-cromada-com-rodinha-fox-racer-preta-ut-c300-7509182597/p?idsku=5864462&utm_source=YSMESP&utm_medium=buscappc&utm_campaign=alwayson-25&utm_content=bp_pl_sh_go_digital_aloc_shopping_na_alwayson-25_moveis_aon25-00302&utm_term=pla_shopping&gad_source=1&gad_campaignid=22876810737&gbraid=0AAAAAD37VprpqjpV7UYVCpHyKHNNPSsPX&gclid=CjwKCAjwq9rFBhAlEiwAGVAZP-jHgC1kV6zUVuXpKGG7Y4yUOQGdSO4EYtCw5g8OKjef5IeSzR_xRoC2U8QAvD_BwE	
Preço 03	R\$573,98	



https://www.mobly.com.br/caadeira-de-escritorio-presidente-giratoria-com-relax-office-plus-preta-184440.html?spall_source=especiais&gad_source=1&gad_campaignid=21759838546&gbraid=0AAA AADxqWO8Sd6wHb0tUK2_6YYfnN4klI&gclid=CjwKCAjwq9rFBhAIEiwAGVAZP3oYAYXVeZqJSfQoL5K1azvGhu4WJWE9MpJL7IzIJ4a9nkXUHrBTwxoCljMQAvD_BwE

A última aquisição realizada para esta secretaria para os itens, contemplava cadeira de escritório, entre outros materiais. Abaixo segue os valores contratados por meio do processo de aquisição 24.683/2022 – Aquisição de móveis e eletrodomésticos para atender às necessidades das Secretarias, Subprefeituras e Fundação.

ITEM	VALOR	VALOR CORRIGIDO
CADEIRA DE ESCRITÓRIO	R\$ 678,00	R\$ 691,70

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Considerando os valores apurados no item anterior, a tabela a seguir demonstra o valor estimado para o material requerido:

ITEM	Internet	Último preço praticado corrigido	Valor estimado do item
Cadeira de escritório	R\$615,26	R\$691,70	R\$653,48

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Diante do exposto, conclui-se que a solução que melhor atende à necessidade atual da Administração é a aquisição dos materiais por meio de Pregão Eletrônico, conforme disposto no art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico justifica-se por se tratar de um procedimento amplamente utilizado para a contratação de bens comuns, que permite a participação de um número maior de fornecedores, independentemente de sua localização geográfica, promovendo assim a ampla concorrência. Tal medida favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, o que contribui diretamente para os princípios da eficiência, economicidade e isonomia, consagrados na legislação. Além disso, a contratação com entrega imediata — entendida como a realização da entrega no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da Nota de Empenho — assegura maior agilidade no atendimento das demandas institucionais. Este prazo é compatível com as práticas do mercado e garante a disponibilidade dos materiais em tempo hábil, sem comprometer a continuidade das atividades públicas. Adicionalmente, a utilização do sistema eletrônico confere maior transparência e rastreabilidade ao processo licitatório, permitindo o acompanhamento público de todas as fases, desde a publicação do edital

até a homologação do resultado.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO:

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração Pública deve, sempre que possível, parcelar o objeto da contratação, com o objetivo de ampliar a competitividade, fomentar a participação de fornecedores de diferentes portes e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa. No entanto, o mesmo dispositivo legal prevê exceções, nas quais o parcelamento não é exigível. No caso em análise, a contratação refere-se a um único item, de natureza indivisível – qual seja, cadeiras de escritório— motivo pelo qual não há possibilidade técnica ou lógica de se promover o parcelamento do objeto.

A contratação unitária encontra respaldo nos seguintes fundamentos:

1. Inviabilidade técnica de parcelamento (inciso II)

Considerando que o objeto corresponde a um **único item**, com características técnicas padronizadas, não há como dividi-lo em partes que possam ser contratadas separadamente. O parcelamento, neste caso, **não se revela tecnicamente viável**, tampouco compatível com o interesse público.

2. Comprometimento da execução (inciso I)

A tentativa de fracionar a contratação de um item único **comprometeria a execução contratual**, uma vez que não há como dividir a responsabilidade do fornecimento entre diferentes fornecedores sem prejudicar a uniformidade, a qualidade e a conformidade do objeto.

3. Perda de economia de escala e possíveis custos adicionais (inciso III)

Ainda que teoricamente se cogitasse a contratação fracionada de um mesmo item (por exemplo, em lotes menores), essa prática resultaria em **perda de economia de escala**, além de potenciais **custos adicionais com transporte, controle de garantias, e acompanhamento contratual**, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência.

4. Justificativa técnica (inciso V)

A equipe técnica responsável pela instrução do processo apresentou parecer fundamentado, demonstrando que, neste caso específico, **não há que se falar em parcelamento do objeto**, em razão de sua natureza indivisível e das exigências técnicas que devem ser observadas.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

A aquisição desses itens pela Administração Pública tem como objetivo principal a melhoria da infraestrutura física e tecnológica dos órgãos públicos, visando à otimização das condições de trabalho, a eficiência dos serviços prestados e o bem-estar dos servidores. A substituição ou aquisição de mobiliário, como as cadeiras, busca proporcionar maior conforto e ergonomia aos funcionários, e para a criação de um ambiente mais funcional e adequado ao desempenho das atividades diárias.

A entrega imediata dos itens, bem como a montagem dos mesmos, caso não sejam entregues já montados, sob responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus ao Município, visa respeitar os princípios fundamentais que regem a administração pública, quais sejam, o da Economicidade e da eficiência.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Não há providências prévias a serem observadas para esta contratação.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Não há contratações correlatas/interdependentes a serem observadas para esta contratação.



13. IMPACTOS AMBIENTAIS:

Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

Existe o dever da Administração Pública em levar em conta os aspectos socioambientais, para realização de compras públicas sustentáveis, de modo a valorizar os custos efetivos que considerem condições de longo prazo, buscando gerar benefícios à sociedade e à economia, além de reduzir os danos ao ambiente natural.

Deve sempre, também, a Administração buscar a compra pública sustentável, ou licitação sustentável, que considere todas as consequências ambientais, sociais e econômicas dos seguintes aspectos: elaboração de projeto; utilização de materiais renováveis; métodos de produção, logística e distribuição; uso, operação, manutenção e reuso; opções de reciclagem; e comprometimento dos fornecedores em lidar essas consequências ao longo de toda a cadeia produtiva.

Isto posto, para esta contratação deverão ser também observados os seguintes parâmetros relativos à sustentabilidade: O disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, em especial o que versa o seu artigo 5º e o disposto na Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Considerando os estudos aqui desenvolvidos, conclui-se que a solução adotada para atender à demanda apresentada mostra-se eficaz e, sob os aspectos econômico e mercadológico, a única viável. A escolha do Pregão Eletrônico, conforme previsto no art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, revela-se adequada por ser a modalidade usual para a aquisição do objeto pela Administração Pública.

Tal escolha atende plenamente aos princípios da transparência e da economicidade, além de promover ampla competitividade entre os fornecedores. Ressalte-se que se trata de material classificado como comum, de uso cotidiano em diversos setores da Administração Pública e também fora dela, não se caracterizando como bem de luxo.

Dessa forma, considera-se que a presente aquisição possui baixa complexidade e conta com um mercado fornecedor amplo e capacitado para o atendimento da demanda.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº14.133/21.

Gestor:	Apoio Técnico:	De acordo:
<hr/>	<hr/>	<hr/>
Carolina de Figueiredo e Muros Matr.: 199.507	Camille Ferreira Motroni Matr.: 063.356	Patrick de Azevedo Risso Matr.: 063.789

Nova Friburgo/RJ, 09 de setembro de 2025